

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.154.085 - SP (2017/0205536-2)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
AGRAVANTE : ANTONIA LOPES RIBEIRO
AGRAVANTE : LEANDRO AUGUSTO RIBEIRO
ADVOGADOS : DANIELA OLIVEIRA SOARES - SP218410
MAURICIO ABUCHAIM FATTORE - SP208430
AGRAVADO : BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A
ADVOGADOS : DARCIO JOSE DA MOTA - SP067669
INALDO BEZERRA SILVA JUNIOR - SP132994

EMENTA

SEGURO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL **MANEJADO NA ÉGIDE DO NCPC**. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS PRECEITOS LEGAIS DITOS VIOLADOS. SÚMULA Nº 282 DO STF. PRETENSÃO RECURSAL QUE SOB A ALEGAÇÃO DE OFENSA A ARTIGOS DE LEI NÃO DEBATIDOS PELO ACÓRDÃO RECORRIDO, BUSCA A REVISÃO DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULAS NºS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

ANTONIA LOPES RIBEIRO e outro (ANTONIA e outro) ajuizaram ação de cobrança contra BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A. (BRADESCO) objetivando o recebimento de prêmio de seguro de vida, em razão do falecimento do Sr. JOSÉ RIBEIRO FILHO, esposo e pai dos demandantes.

A sentença de improcedência do pedido foi confirmada em grau de apelação, nos moldes do acórdão assim ementado:

Seguro de vida e acidentes pessoais.Cobrança. Morte do segurado e recusa da seguradora no pagamento da indenização. Ação julgada improcedente. Falecimento decorrente de parada cardiorrespiratória. Seguro que prevê cobertura apenas para morte acidental. Interpretação estrita da cláusula contratual. Indenização indevida. Sentença mantida. Recurso desprovido. Nada impede que o seguro seja firmado tão somente para a morte acidental, motivo pelo qual, não havendo cobertura para a morte natural, nada é devido aos beneficiários e a ação de cobrança movida contra seguradora restou corretamente julgada improcedente (e-STJ, fl. 295).

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 319/323).

ANTONIA e outro interpuseram recurso especial com base no art. 105, III, *a*, da CF, onde alegaram violação dos arts. 4º, 6º, 14, 46, 51 e 54 do CDC e 421 e 422 do CC/02, pelos seguintes fundamentos (1) não foi feita a correta valoração da prova, ocorrendo *error in iudicando*; (2) é aplicável o CDC ao caso da lide e deveria ter sido determinada a inversão do ônus da prova; (3) o segurado não teve o prévio conhecimento da cláusula restritiva de cobertura securitária; (4) não foi observado pelo acórdão estadual que o recorrido não comprovou que cientificou o segurado sobre as exclusões constantes do contrato; (5) todos os documentos juntados pela recorrida utilizam a nomenclatura "seguro de vida em grupo" não constando de forma nenhuma, a expressão "acidentes pessoais"; (6) deve ser declarada nula toda cláusula restritiva de direitos que esteja em desacordo com a proteção ao consumidor.

Foram ofertadas contrarrazões (e-STJ, fls. 363/368).

O Tribunal estadual inadmitiu o apelo nobre por (1) não ter sido demonstrada a infringência aos preceitos legais arrolados; (2) incidirem, no caso, as Súmulas nºs 5 e 7 do STJ.

ANTONIA e outro ingressaram com agravo em recurso especial sustentando (1) ficou demonstrada a violação dos artigos indicados os quais foram prequestionados; (2) não se pretende o reexame de matéria fática, nem a reinterpretção de cláusula contratual.

Foi apresentada contraminuta (e-STJ, fls. 374/399).

É o relatório.

DECIDO

A irresignação não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que o recurso ora em análise foi interposto na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

(1) Da alegada violação dos arts. 4º, 6º, 14, 46, 51 e 54 do CDC e 421

e 422 do CC/02,

Na hipótese examinada, a cobertura securitária foi negada pelo Tribunal local nos termos assim consignados:

A certidão de óbito do segurado José Ribeiro Filho consigna que ele faleceu no Hospital Heliópolis, nesta Capital, em 03/08/2011, indicando iÀ como causas da morte: "parada cardiorrespiratória, sepsse de foco desconhecido, metástases hepáticas, tumor primário desconhecido' (fl. 27). Os beneficiários buscam a indenização correspondente em razão do contrato de seguro de vida em grupo, encontrando, porém, oposição da seguradora ao seu pagamento, eis que a apólice não contempla cobertura para morte natural.

Nesse aspecto, consoante observado na r. sentença, "a requerida trouxe aos autos a apólice do seguro (fls. 118/126), cujo número (nº 1760) é condizente com os documentos apresentados pelos autores (fls. 30 e 31/35), no qual resta comprovado que o seguro contratado cobre apenas acidentes pessoais, mencionando expressamente o objeto, a definição do objeto, os riscos cobertos e os riscos excluídos, do . qual não se vislumbra, em princípio, ilegalidade ou abusividade" (fl. 211).

O contrato exibido mostra que o seguro está vinculado apenas à morte accidental, não existindo motivo para enquadrar o evento como sendo de morte accidental. Acidente pessoal, consoante anotado, é o evento com data caracterizada, exclusiva e diretamente externo, súbito, involuntário e violento, causador de lesão física que, por si só e independentemente de toda e qualquer causa, tenha, como consequência, direta a morte do segurado (fl. 119).

A causa da morte não contém o elemento dito "diretamente externo", decorrendo de problemas internos do próprio segurado, e está excluída do conceito de acidente pessoal.

Na esteira do decidido por esta Câmara, no julgamento da Apelação 625.741, relator o então Juiz Walter Zeni, "o contrato de seguro não admite interpretação extensiva ou analógica, devendo prevalecer as cláusulas da apólice em que foram consignados os riscos assumidos e, uma vez particularizados ou limitados, não responderá por outro o segurador, nos termos dos artigos 1.434 e 1.460, ambos do Código Civil". Este é o entendimento majoritário nesta Corte (cf.

Apelações 481.011, 479.071, 506.987, 479.848, relatores os Des. Clóvis Castelo, Souza Moreira, Eros Piçeli e Ruy Coppola).

As cláusulas contratuais são claras e objetivas, inexistindo mínima dúvida sobre os males cobertos pelo contrato de seguro. Nada impede que o seguro seja firmado tão somente para a morte accidental, como ocorreu no caso dos autos, e não se vê abuso ou

nulidade, cuidando-se apenas de mera opção do segurado em firmar contrato apenas uma das situações previstas. O Código de Defesa do Consumidor não pode ser invocado como proteção absoluta, mas apenas para situações em que o consumidor seja merecedor, o que não ocorre na espécie dos autos.

Em assim sendo, firmado contrato apenas para a morte acidental e ocorrida a morte natural, nada é devido aos beneficiários e a ação restou corretamente julgada improcedente (e-STJ, fls. 297/298).

Como se constata do teor do acórdão recorrido, não ocorreu o prequestionamento dos preceitos apontados como violados.

É exigência contida na própria previsão constitucional de interposição do recurso especial que a matéria federal tenha sido decidida em única ou última instância.

Não basta à parte discorrer sobre o dispositivo legal que entende infringido. É imprescindível que a Corte recorrida tenha emitido juízo de valor sobre o referido preceito, o que não ocorreu na hipótese examinada mesmo com a oposição de embargos de declaração.

Sendo assim, é de rigor a aplicação, por analogia, da Súmula n.º 282 do STF.

Acrescente-se ademais, que conforme sublinhado na decisão de inadmissibilidade proferida na origem, os recorrentes buscam sob a alegação de violação à legislação invocada, a revisão do contexto fático delineado ns autos e da reinterpretação dos termos do contrato de seguro, o que na via eleita, é obstado pelas Súmulas n.ºs 5 e 7 do STJ.

Nessas condições, **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito ao possível cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § º do NCPC).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator

